
Ensaio sobre as mulheres negras na Amazônia Brasileira: uma história de exploração, opressão e violência na periferia da periferia

| Joyce Grasielle Chaves **Fonseca**
UFPA

| Leonardo Figueiredo de **Souza**
UFPA

| Gilson da Silva **Costa**
UFPA

RESUMO

Considerando que a região amazônica brasileira é uma das regiões mais complexas do país, devido a vários fatores, entre eles sua formação socioeconômica específica que contribui para que as relações sociais na região não sejam as mesmas do restante do país, assim, significando que as opressões de gênero, raça e classe assumem características específicas nesta região, objetivou-se neste trabalho uma análise dos limites do pensamento feminista negro brasileiro, especificamente o do sul e sudeste do país, no que se refere ao debate sobre as opressões de gênero, raça e classe na Amazônia. Para tanto, procede-se à uma revisão bibliográfica das obras de autoras do feminismo negro brasileiro, de autores que tratem do que se refere às opressões na região amazônica, bem como da formação social e econômica desta região. A partir disso, foi possível observar que o debate a respeito dessas opressões desenvolvido pelo feminismo negro brasileiro do sul e sudeste do país não é capaz de compreender a complexidade dos problemas existentes na realidade amazônica e as múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres negras da região, pois, neste não está inserido o debate sobre territorialidade e regionalidade, o que permite concluir que é necessário a construção de teorias que considerem os aspectos específicos da região amazônica e que insira a Amazônia no debate nacional.

Palavras-chave: Amazônia, Feminismo Negro, Mulheres Negras.

■ INTRODUÇÃO

O movimento feminista surge no século XIX com o intuito de abranger as reivindicações das mulheres por mais liberdade, direitos iguais, empregos e educação, fugindo assim do papel imposto pela sociedade patriarcal da época. Caminhando para uma nova transformação na sociedade o pano de fundo para essa primeira onda foi a sociedade moderna, onde os avanços tecnológicos já começavam a acontecer. Com a industrialização nas grandes cidades, mulheres e crianças pobres eram introduzidas nas fábricas como mão de obra altamente explorada. Contra a super exploração e opressão, as mulheres da classe trabalhadora começam a se organizar entorno das lutas pelo direito ao voto e, principalmente, por melhores condições de trabalho e salários. Vivendo ali distante – mas ao mesmo tempo habitando o mesmo momento histórico – dessas lutas e realidades das mulheres operárias brancas e mulheres brancas burguesas, observa-se o fervor da escravidão que ainda estava vigorando, principalmente, nas Américas. Logo, as mulheres negras seguiam o seu curso trabalhando nas lavouras e não sendo vistas enquanto mulheres, vivendo enquanto alvos das brutais formas de opressão patriarcal, machista, racista e colonialista. Mesmo que a história as coloque como seres passivos e sofredores, a realidade das mulheres negras escravizadas mostra uma grande resistência e organização com os seus pares pela libertação.

O feminismo negro é colocado como a segunda onda do feminismo, onde a luta dos movimentos negros pelos direitos civis ganhou força nas Américas. A teoria feminista negra já havia sido construída antes até da organização das mulheres brancas burguesas no fim do século XIX, mas pelo racismo antinegro e a não inserção desses indivíduos nos espaços onde pudessem disputar o campo das ideias, essa teoria crítica não pode ser firmada. A socióloga Patricia Hill Collins (2019) em sua obra Pensamento Feminista Negro trata bem dessa omissão, refletindo sobre a ausência de ideias feministas negras nos espaços acadêmicos e em pesquisas sobre a mulher:

a exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições levou à valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão das ideias e interesses de mulheres negras no mundo acadêmico tradicional. (...) Um dos padrões de supressão é a omissão. Teorias apresentadas como universalmente aplicáveis as mulheres como grupo parecem, após exame mais detalhado, bastante limitadas pela origem branca, ocidental e de classe média de suas proponentes. (COLLINS, 2019, p. 36-37)

No Brasil, o feminismo negro começa a tomar força em 1980. Segundo a socióloga Núbia Moreira (2007), isso acontece a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano, que aconteceu em Bertioga - SP em 1985, a partir daí o discurso feminista avança e se consolida entre as mulheres negras brasileiras.

Devemos levar em consideração que o Brasil é um país grande, ao ponto de ser dividido em cinco macrorregiões e, que apesar de terem sofrido o mesmo processo de colonização, houve desdobramentos distintos em cada uma dessas regiões. Assim, muitas teorias desenvolvidas pelo pensamento feminista e o pensamento feminista negro brasileiro, muitas vezes centrados nas experiências sul-sudestes, acabam por não contemplar as vivências, realidades e construções sociais, de outras regiões do país.

Desse modo, o presente artigo apresenta uma análise da bibliografia especializada, a respeito dos limites das teorias e das pautas defendidas e difundidas muitas vezes pelo feminismo negro para dar conta da complexidade dos problemas e das demandas das mulheres afroamazônicas, especificamente as teorias do sul e sudeste, que se apresentam – em muitos aspectos – como universais dentro de um contexto brasileiro, não levando em conta as especificidades da formação social, econômica e cultural de cada região do país, cometendo, portanto, em grande parte, os mesmos erros que muitas vezes criticam. Esquecem assim, que processos históricos distintos, produzem realidades alteradas, desiguais, combinadas e/ou não, que podem apresentar complexas formas e conteúdos sociais, econômicos, políticos e culturais, muito particulares.

■ METODOLOGIA

Este trabalho foi construído a partir de uma revisão bibliográfica a respeito do tema em questão. Para compreendermos a gênese de todo os principais conflitos que ocorreram na região e que resultou em diversos movimentos das mulheres negras, este trabalho foi estruturado em dois momentos.

No primeiro momento procedeu-se uma pesquisa das obras das principais autoras (es) que tratam das explorações e espoliações na região amazônica para se compreender a formação social e econômica da região, bem como, compreender como a população negra se inseriu neste processo. No entanto, houve dificuldades em encontrar obras que tratam especificamente na mulher negra na história da Amazônia, de modo que em muitos momentos tivermos que compreender a mulher negra como integrante da população negra da região, e não como sujeito que neste processo esteve envolvida de forma diferente do homem negro, o que ainda assim, nos possibilita perceber que estas mulheres negras participaram de processos históricos diferentes das mulheres negras de outras regiões do país.

No segundo momento, recorremos à algumas das obras das principais autoras do movimento negro brasileiro, mas também de outras regiões do mundo, para compreender como que o movimento feminista negro ler a mulher negra brasileira, afim de tentarmos encontrar as contribuições e os limites dessas autoras para se pensar a mulher negra amazônica.

■ RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os negros na Amazônia

Segundo Ribeiro (1995), as populações negras trazidas ao Brasil durante a colonização, pertenciam a diferentes comunidades tribais localizadas na costa ocidental do continente africano e falavam línguas diferentes. Estas populações foram trazidas a força e submetidas à um regime brutal de escravidão, tendo sua mão-de-obra usada para tudo que se produziu no país, mas, principalmente para a plantação de cana-de-açúcar, atividade econômica central neste período. Ainda que compartilhando da raça e da condição escravista, esses povos tinham diferenças culturais e linguísticas, o que fazia, ainda de acordo com Ribeiro (1995), com que tivessem dificuldades para se comunicar uns com os outros e, consequentemente, para se unir e organizar contra sua condição de escravos.

Apesar da ocupação e colonização pelos lusitanos na Amazônia brasileira ter sido após um século da invasão do litoral do país, na região o processo se deu da mesma forma: uma imposição do modelo de cultura e autoridade colonial europeu (SALLES, 2004). Data-se que em 1616 iniciou a construção da política colonial portuguesa na Amazônia, como aponta Vicente Salles:

(...) o deslocamento dos portugueses para a ocupação e domínio do território que ficava a oeste do termo de Tordesilhas, domínio que se firmara com o controle da foz do rio Amazonas, a par de motivos políticos, como a expulsão dos estrangeiros que tentavam ocupá-lo, levava implícitos os de natureza econômica. A unificação da coroa portuguesa à espanhola, desde 1580, possibilitou a infiltração. Assim, fundada a cidade de Belém, lançaram-se os portugueses imediatamente à conquista de todo o vale. A primeira fase desta conquista foi marcada, quase exclusivamente, pela guerra aos holandeses, franceses e ingleses, plantadas em diversos pontos, tirando grande proveito econômico. (SALLES, 2004, p. 15)

A invasão do homem branco na Amazônia se deu por interesses de dominação política, econômica, material. Entretanto, assim como no restante do Brasil, na Amazônia já havia diversas comunidades indígenas que extraiam da floresta aquilo que precisavam para satisfazer suas necessidades biológicas, físicas e culturais e, portanto, tinham uma lógica de trabalho específica, bem diferente do modus *operandis* dos colonizadores. Com a chegada dos europeus, grande parte dessas comunidades foram utilizadas como mão-de-obra escrava, sob condições de trabalho antagônicas a que estavam culturalmente habituados.

A História Colonial da Amazônia é um capítulo à parte do processo de opressão de classe, exploração e espoliação coletiva que dominou o Brasil desde sua invasão europeia. Desde que o homem branco pisou em terras Amazônicas, os negros já vieram com ele de forma cativa. Nas diversas áreas das terras continentais, dos rios de águas claras ou

escuras, a presença do negro africano se deu por motivos distintos, mas, principalmente pela escravização, o trabalho forçado, produtor de riqueza. Que entre outros efeitos desumanos, minou grande parte e especialmente no início, das possibilidades de organização e luta contra a exploração e opressão. E mesmo, inicialmente, uma também possível relativa aliança entre os negros africanos e os indígenas amazônicos forçados à trabalhos pesados, no combate aos europeus.

Como se sabe, além dos distintos agrupamentos étnicos indígenas, nativos, sobressaiu no processo de espoliação, as etnias negras traficadas. Que advinham de variadas culturas, origens e matrizes sociais, formando uma tipologia social miscigenada pelas derivações das próprias etnias negras do período em questão, e ainda as do cruzamento sexual com os indígenas e europeus – conferindo à Amazônia, uma multiplicidade de interculturalidades e variações étnico-sociais, linguísticas e culinárias, etc., Entretanto, de conjunto, os nascidos nativos, os cativos africanos e os descendentes destes, formaram um contingente de seres humanos vivendo de espoliações, explorações e violências múltiplas desde a África até os rincões do que se convencionou chamar de sertões amazônicos.

Juntamente com os grupos indígenas, formaram a base da mão-de-obra que foi explorada pelos europeus no processo de acumulação primitiva do capital pelas elites brancas na Amazônia – especialmente empregados na empresa rústica de moagem de cana-de-açúcar nos variados engenhos ao longo dos rios amazônicos. Assim, uma gama de afrodescendentes, que inicialmente cativos, ao longo do processo histórico lutaram para se libertar, formando quilombos os mais distantes possíveis dos europeus, geralmente ao longo de rios e florestas adentro, fugindo da escravidão. Ainda que formassem quilombos e culturas distintas entre si.

Assim, os negros e negras, das mais diversas etnias foram trazidos de diversos países e regiões africanas, introduzidos na Amazônia para o trabalho forçados em sistemas muito parecidos com os das *plantations* do litoral brasileiro - exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX, principalmente nas colônias europeias das Américas, tanto a portuguesa quanto em alguns locais das colônias espanholas e também nas colônias britânicas e holandesas – que consistia em quatro características principais: presença de grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole europeia de sua produção, sob as ordens dos senhores de escravos (COSTA, MACIEL & SILVA, 2018).

A Lei régia sob a política da monarquia, e os auspícios/anuência da Igreja Católica, assim como da Igreja Evangélica, no caso da América do Norte, ajudaram grandemente no sistema de exploração, opressão e espoliamento massivo dos indígenas inicialmente e depois dos povos traficados além-mar. E assim viabilizar, através dos grandes latifúndios, com suas extensas terras, produzir em grande escala um único produto, ou poucos produtos

de necessidade das metrópoles. No Brasil, utilizou-se inicialmente a cana-de-açúcar, mas depois veio o algodão, o fumo e o café, assim como a criação de gado e a exploração mineral. Geralmente eram produtos tropicais que eram plantados nos latifúndios, depois exploração de minas de ouro, prata e pedras preciosas.

Na Amazônia, havia também lavouras de cacau e extrativismos diversos, além da cana, que era processada em engenhos/moendas sob forte exploração/opressão. No Pará, os negros foram concentrados principalmente nos arredores de Belém, em áreas próximas como Marajó, Barcarena e Ananindeua, onde fora instaurado uma economia rural capaz de abastecer a cidade (TEIXEIRA et al., 2009). Depois foram levados para o interior, o Baixo Tocantins, por exemplo, na cidade de Cametá e suas Vilas, como a de Juaba, Vila de São Beneito e Vila do Carmo, contam com forte presença negra, desde 1635, incluindo quilombos que se rebelaram e participaram dos processos da Cabanagem nos idos de 1835-1840 (COSTA, MACIEL & SILVA, 2018). Assim como muitos grupos de escravos seguiram para os engenhos no Baixo Amazonas, nas regiões de Óbidos, Oriximiná e Santarém, onde eram empregados na exploração de madeira, drogas do sertão, e principalmente nas monoculturas de fumo e cana-de-açúcar.

No estado do Amapá, ainda de acordo com Teixeira et al. (2009), a presença de negros africanos ocorreu devido a necessidade de construir fortalezas militares e a fundação de fazendas para a criação de gados. Em Rondônia, (TEIXEIRA et al., 2009) os negros africanos foram base do sistema de ocupação e colonização baseada em mineração, escravidão e ocupação militar das fronteiras e após o fracasso da empreitada colonial, grupos desta população continuaram na região, sozinhos e reorganizados, formando parte da população de Rondônia. Assim, como de um modo em geral das diversas regiões internas à Amazônia.

Aos poucos, devido a aproximação da condição de escravizados, oprimidos e explorados, foram sendo superadas muito das barreiras linguísticas, religiosas e culturais em geral, e negros, indígenas e caboclos descendentes da miscigenação foram se aproximando, misturando suas culturas, modos e vivências coletivas. E, por exemplo, diferentemente do que ocorreu no restante do Brasil, no estado do Pará e no Maranhão as populações banto e sudanesa não se denegaram, ao contrário, perceberam que ambos compartilhavam da condição de escravos e decidiram por unir-se, inclusive culturalmente, para tornarem-se um grupo só, e mais, se misturaram parcialmente aos nativos, como nos apresenta Salles (2004)

(...) o negro e o caboclo, solidários nas mesmas vicissitudes, nas mesmas lutas sociais, tenderiam a aproximar seus deuses e a dar certa unidade aos seus rituais. Esta aproximação é visível de parte a parte. A chamada linha de caboclos e o próprio candomblé de caboclo provam a poderosa interpenetração. Há indícios de que a pajelança cabocla, praticada na Amazônia, com expansão para o meio norte, até o Piauí, começou a ser contaminada pelos ritos africanos a partir mesmo dos tempos coloniais. (SALLES, 2004. p, 20).

Na Amazônia muitos negros fugiam e as vezes encontravam aldeias indígenas e, acabavam convivendo em grupos estranhos ao seu, mas que compartilhavam ódio pelo homem branco. Com isso podemos ver que houve, portanto, há uma forte relação entre negros e indígenas, que tendeu a aumentar à medida que o grau de exploração e opressão aumentava, com buscas, capturas, torturas, etc., e mesmo diante do aumento do tráfico negreiro, que tentava substituir os cativos que haviam fugido, os indígenas arredios e inadaptados aos modos de escravizações impostos.

Em 1755, durante o governo de Marques de Pombal, fora criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que contribuiu para o aumento exponencial do tráfico de negros escravizados ao Pará, iniciando a substituição da mão-de-obra indígena pela mão-de-obra negra, objetivava-se com isso o estímulo do trabalho na lavoura, visto que a cana-de-açúcar era a principal atividade econômica do país na época, bem como, foi uma das primeiras na Amazônia. Além da empresas pecuária, mineração e madeireira com se apresentou há pouco.

No entanto, devido a fatores fisiográficos e ecológicos, no vale amazônico a cana-de-açúcar se espalhou com maior intensidade apenas as margens dos rios Guamá, Igarapé-Miri, Capim, Acará, Moju e no Baixo Tocantins – Igarapé-Miri, Abaetetuba e Limoeiro do Ajurú onde se concentravam grande parte dos engenhos de cachaçaria na Amazônia (COSTA, MACIEL & SILVA, 2016). Tão logo, a cultura de cana-de-açúcar ali se estabeleceu, ganhando importância econômica e, consequentemente, instalaram-se engenhos, constituindo um regime típico escravocrata. Nessa região (SALLES, 2004) concentrava-se o maior número de escravos da Amazônia. Muito embora no Pará o número de negros africanos não fosse tão grande quanto o do Maranhão, o processo de escravidão fora o mesmo, assim como a reação dos escravos: a busca pela liberdade e mais tarde a fuga para os quilombos, como afirma Salles (2004), foi uma questão de tempo.

Em 1815, após a Revolução Francesa (1789-1799), inspirados pela ideia de *liberté*, *égalité*, *fraternité*¹, os escravos abraçam a ideia de que os homens não podem estar submetidos a outros homens, trazida pelo frei Luís Zagalo, iniciando-se, portanto, um processo de organização política para a libertação dos escravizados (SALLES, 2004).

De acordo com Mark Harris (2017), por volta de 1834, o Pará estava em uma situação que fora decisiva em sua história; camponeses, pobres livres e escravos foram mobilizados por importantes lideranças da época; entre eles, o padre Batista Campos que junto com outros líderes planejavam tomar o poder no dia 7 de setembro, mas foram descobertos e a partir daí, uns foram perseguidos e mortos e outros conseguiram fugir. Com os ataques contra os líderes, como o incêndio à casa de Félix Clemente Malcher e a morte prematura

¹ Liberdade, Igualdade e Fraternidade em francês era o lema da Revolução Francesa (1789-1799), uma revolução burguesa que inspirou diversas insurreições pelo mundo, entre elas, a cabanagem.

de Batista Campos, os ânimos se acirraram, a luta ganhou força e em 7 de janeiro de 1835, os rebeldes atacam a capital paraense, matam o presidente, seu vice e alguns comerciantes portugueses; a *cabanagem*² se estabelece, cresce e se espalha pelo vale amazônico, chegando à Cametá, e até a Santarém (COSTA, MACIEL & SILVA, 2018).

De acordo com a historiadora Eliana Ramos Ferreira (2003), a rebelião da Cabanagem pode contar a presença de mulheres, sobretudo mulheres negras, que apesar de serem esquecidas quando se fala em “Cabanagem”, elas também foram ao combate

(...) seja na frente de batalha embrenhando-se nas matas e rios acompanhando seus pares, seja mediante os canais jurídicos competentes reivindicando dispensa de filhos do serviço público via recrutamento compulsório, dissimulando refúgio nos navios do governo imperial, abrigando cabanos, passando informações, ou solicitando pensão do Monte Pio, as mulheres participaram ativamente da Cabanagem. As mulheres, apesar de silenciadas pela história e historiografia, representaram um segmento relevante no desenrolar dos acontecimentos da Cabanagem e para a reorganização da sociedade paraense (FERREIRA, 2003, p. 08).

Segundo Salles (2004), a mais importante consequência da Cabanagem foi a desorganização do regime escravocrata; o movimento atingiu, principalmente a cultura canavieira. Após a Cabanagem, lentamente os antigos engenhos foram se reconstruindo, mas, sem a mesma força. Após a queda das atividades coloniais, muitos negros conseguiram fugir para antigos e distantes quilombos e passaram a sobreviver da economia agroextrativista, a população que vivia em volta de Belém se espalhou pelo rio Amazonas e seus afluentes como o rio Trombetas, Tocantins e Araguaia (TEIXEIRA et al., 2009).

Além da Cabanagem, diversos fatores externos prejudicaram a economia canavieira no país, no século XIX, a cultura da cana-de-açúcar é substituída pela beterraba, que passa a ser matéria-prima importante para a produção do açúcar na Europa. Segundo Caio Prado Junior (1959), o Norte é a região que mais sofre com a modificação. Entretanto, a Amazônia ressurge na economia do país novamente com os dois ciclos da borracha, um em fins do século XIX e outro durante as Guerras Europeias e Asiáticas, ou Guerras Mundiais.

Consta que desde o século XVIII, a borracha (*Hevea brasiliensis*) já era conhecida na Europa, pois o viajante francês La Condamine (1736), em Viagem Pelo Amazonas, aborda importantes aspectos da Amazônia, entre eles, a utilização da borracha por parte dos nativos para vários fins, por exemplo, para fabricação de utensílios domésticos de uso cotidiano. Entretanto, esta só veio a ser utilizada de forma intensiva com o avanço do

2 “Cabanagem”: o termo remete a pessoas que vivem em cabanas, a moradia mais pobre da região – choupanas de madeiras e folhas de palmeira. Estes habitantes eram chamados cabanos, designação que carrega associações com atraso, pobreza e sedição. É improvável que os rebeldes alguma vez hajam tomado para si o termo “cabanos”; eles não tinham designação geral para sua rebelião. Os líderes do movimento descreviam a si mesmo como “defensores da pátria e da liberdade”. O termo “Cabanagem” foi aplicado, retrospectivamente, no final do século XIX. (HARRIS, 2017, p. 18)

capitalismo e os novos usos dos pneumáticos pela indústria automobilística que necessitava de borracha natural.

O desenvolvimento econômico baseado em uma nova fase capitalista, cuja orientação deste se configura a partir da ideologia liberal que tomava conta dos anseios das elites amazônicas no final do século XIX, marcado pelos monopólios e a especulação financeira, movimentava os espaços de interesse do grande capital a ponto de estabelecer papéis determinantes a diversas áreas potencialmente lucrativas para a burguesia industrial. Nesse contexto, podemos compreender a função econômica na Divisão Internacional do Trabalho que a Amazônia exerce. A goma elástica é, nesse período de suma importância para o mercado internacional e, nessa conjuntura que se inicia a economia da Borracha na Amazônia que se baseia no sistema de aviamento, onde havia a figura do seringueiro e do seringalista, dono do seringal e do barracão.

De acordo com Katiane Silva (2017, p. 55) “o sistema de barracão se caracterizava pela exploração dos seringueiros, que se estabelecia pela força e pelo lucro obtido por meio do aviamento, ou seja, o adiantamento de mercadorias a crédito, em favor do seringalista, o patrão”, uma forma de comercialização que cresceu muito na Amazônia durante este período. Nos seringais trabalhavam índios, negros, nordestinos e estrangeiros, todos, homens, mulheres e crianças estavam submetidos a privação da liberdade de ir e vir - eternamente endividados pelo sistema do aviamento.

No interior dos seringais da Amazônia as mulheres tinham um papel fundamental no estabelecimento das famílias e, além de trabalhar na coleta do látex, mantinham pequenas roças, criavam animais e eram as principais responsáveis pelas mobilizações sociais na luta pelos direitos dos seringueiros e na luta contra o desmatamento nas áreas do seringal (BELTRÃO, 2005).

Houve ainda, depois do primeiro grande ciclo da economia gomífera, no século XX, uma segunda etapa, no período entre guerras e principalmente durante os anos que antecederam o fim da segunda Guerra Mundial, porém foi menos importante e menos pujante que o anterior, mas, ainda assim ajudou a recuperar parcialmente a moribunda economia regional, sempre baseada em extrativismo, seja da seringueira, seja do cacau e/ou da castanha. Interessante notar que novamente, há intenso uso de mão de obra barata, escravocrata análoga à escravidão ou semiescrava, onde homens, mulheres e crianças, eram utilizados como força de trabalho para coletar os produtos extrativistas e promover os primeiros tratamentos, como a peletização da borracha, a quebra da castanha e ou do cacau, além da secagem deste último. Assim como vale considerar que o contingente de trabalhadores e trabalhadoras saídos da escravidão, de certa forma continuavam cativos dos sistemas

econômicos baseados no avitamento, abastecimento de mercadoria a preços aviltantes (COSTA, MACIEL & SILVA, 2016).

Como expressão dessa estrutura e infraestrutura socioeconômica baseada principalmente na extração da borracha, mas também da castanha e do cacau, constitui-se uma superestrutura política, jurídica e arquitetônica a qual ficou conhecido como *belle époque*; que teve seu início no final do século XIX e permaneceu até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Tal época foi considerada uma era de ouro, de desenvolvimento, inovação e paz entre os países europeus, e suas influências acabam se espalhando pelo mundo. Neste período, ocorreram um complexo processo de relações culturais, sociais e até de mudança de mentalidades, resultados da infraestrutura e estrutura econômica reorganizaram as duas metrópoles mais importantes da Amazônia brasileira: Manaus e Belém. Sustentadas pelo trabalho escravo, semiescravo ou análogo à escravidão, que permitiu a pujança e felicidade das classes ricas, detentoras de capital e propriedades latifundiárias gigantescas.

Por outro lado, criou na Amazônia, e nestes centros urbanos em especial, uma esmagadora população arruinada, empobrecida economicamente, ainda que não culturalmente, jogadas às periferias urbanas, insalubres e sem qualquer infraestrutura. Isto impôs um longo e pesado atraso educacional, penúrias em termos de saúde e alimentação, bem como o acesso às conquistas tecnológicas, filosóficas e científicas das massas trabalhadoras e, dentre estas, os mais atingidos foram as populações e estratos formados pelos negros e negras, em particular, ainda mais pesadamente as mulheres negras e suas filhas, quase sempre objetos de trabalhos domésticos e relações de abusos sexuais por parte dos patrões brancos.

Assim, pode-se dizer que o período da *belle époque* foi marcado por uma imposição de certas linguagens, gostos, comportamentos, atitudes, e formas de sociabilidades, que, advindos da cultura burguesa, então se tornaram, desde então a cultura hegemônica, acabando por se espalhar por todo o globo, carregando consigo a ideia de “Progresso e Civilização”, oprimido massivamente os povos negros e indígenas da região amazônica e de todas as demais culturas.

A Amazônia, há muito é visto como um não lugar, a não ser para se explorar, habitado por um não povo, a não ser para ser explorado. A formação social e econômica nesta região, como afirmamos anteriormente, seguiu – assim como no litoral leste brasileiro – o processo ideológico europeu de exploração, ocupação e colonização. No entanto, na região se concentrou grande parte das populações negras nas beiras de rios, população a qual conhecemos como ribeirinhos, nos campos, divididos entre quilombolas e camponeses, dentre as florestas como é o caso das comunidades indígenas e nas periferias das grandes cidades da região.

O estado do Pará tem a maior população autodeclarada negra e o maior número de quilombos do país. Além disso, encontra-se na Amazônia a maior quantidade de aldeias indígenas e grande quantidade de populações camponesas que vivem nos interiores e ribeirinhas que vivem nas ilhas aos arredores das cidades. Essas populações compartilham, por viverem na Amazônia, de problemas gerais, mas também possui seus problemas específicos. Atingidos pelas construções de barragens, expulsos de suas terras por conflitos com latifundiários, assassinadas pelos agentes do agronegócio, da grilagem de terras, por madeireiros, garimpos ilegais em seus rios e terras, de onde tiram seus alimentos, e que hoje estão contaminados, empobrecidos. Para estes povos amazonidas, que são majoritariamente de pele escura, as terras, os rios, são seus territórios de vida e/ou de morte.

Apesar da importância do negro e, sobretudo da mulher negra na formação social e econômica da Amazônia, encontrar obras que tratem especificamente da mulher negra na região é uma tarefa muito difícil. Nesse sentido é que a psicóloga Flávia Câmara questiona “por que existem poucas fontes oficiais a respeito da história das mulheres negras?” (CÂMARA, 2017, p. 126). Como em toda história de invisibilidade de mulheres e, principalmente, mulheres negras no Brasil, na Amazônia não é diferente, e talvez seja ainda pior. Quando fazemos uma busca sobre essas mulheres encontramos poucos registros da literatura dessa presença feminina.

A despeito da população, predominantemente camponesa, ribeirinha, cabocla, quilombola, estar e ainda permanecer espalhada pelos rios e interiores da Amazônia – fundamentalmente são bases das famílias caboclas remanescentes dos períodos históricos anteriores, desde a colonização, o império, passando por todas as fases da república, e ainda se pode dizer, permanece até o presente. E se pensarmos em termos de milênios, nunca é demais relembrar, são os descendentes diretos, inclusive, das populações indígenas originárias que formam juntamente com os negros e negras escravizados, que ainda hoje dominam a população amazônica. Portanto, é uma população que se formou durante séculos desde antes e depois da ocupação, passando por inúmeros processos políticos, sociais e econômicos, ambientais, desde a condição de refugiados culturais-ambientais, escravo-espoliativos do terror etnocêntrico, aos pesados e forçados trabalhos desde os ciclos das drogas dos sertões, da borracha, cacau, castanha, madeira, etc. São aqueles que resistiram, contudo e, ainda hoje, possuem seus fundamentos reprodutivos nos sistemas naturais diretos, agrários, onde o papel da mulher é fundamental para a produção e reprodução das famílias, que, no interior vivem basicamente da agricultura, criação de animais, extrativismo vegetal, aí incluída a pesca artesanal, além de atividades artesã diretamente envolvida com os recursos de seus ecossistemas, numa perspectiva de convívio harmônico com a agrobiodiversidade (COSTA, 2006; COSTA, MACIEL & SILVA, 2018; WOOD & LENNÉ, 1999) através

de práticas de manejos e etnoconservação de seus recursos naturais (DIEGUES, 2000; MACIEL, 2017; COSTA, 2006).

As mulheres afroamazônicas e a morenidade

De acordo com Flávia Câmara (2017) para se compreender a construção das mulheres negras na história, a construção da mestiçagem e a valorização dessa mistura é preciso entender “o lado mais perverso da invenção do Brasil: o estupro colonial” (CÂMARA, 2017, p. 29). E como tratamos aqui da construção do negro na sociedade amazônica é extremamente necessário adentrar a essas questões para entender quem são as mulheres negras dessa região que por vezes não são vistas como negras.

Com a tentativa de embranquecimento adotada pelo Estado brasileiro, através da imigração de mão de obra europeia, criou-se a ideia que foi embasada e afirmada por grandes intelectuais da época – para a exploração do território – de que na Amazônia não existia negro. A historiadora Roberta Tavares (2017) em uma roda de conversa para construção da pesquisa de mestrado intitulada “Mulheres negras amazônicas frente à cidade morena: O lugar da psicologia, os territórios de resistência” da psicóloga Flávia Câmara (2017) afirmam que:

“também tem que pensar num debate que se consolida no final do século XIX, no século XX que é a negação dessa presença negra na Amazônia, se consolidou que a Amazônia não é lugar de negro é lugar de indígena, isso é um debate que foi colocado como política pública, inclusive uma política de branqueamento do Brasil todo, os intelectuais da Amazônia, inclusive José Veríssimo que é um intelectual famoso, foi do século XIX, início do XX e ele era uma das principais pessoas que pregava essa ideia de que a Amazônia não era lugar de negro era lugar de indígena e ele não achava que ser lugar de indígena também era bom, indígenas também tinham que desaparecer nesse processo”. (TAVARES, 2017)

A negação de uma ancestralidade negra dentro da Amazônia faz parte da política de poder de dominação dessa região. De acordo com Patrícia Melo Sampaio (2007) é comum a crença insignificante da presença negra na Amazônia pois há uma compreensão que se apoia na grande agroindústria canavieira do sudeste e nordeste e esses estudos tradicionais tem como base os ciclos econômicos, estatísticos e sociais do país, deixando de lado a formação autônoma de cada região (SAMPAIO, 2007, apud CÂMARA, 2017, p. 116).

Essa negação do negro dentro da região contribuiu para que no imaginário brasileiro a Amazônia fosse composta por apenas povos indígenas. Como em todo território nacional foi implantada também na Amazônia o embranquecimento através do estupro de mulheres indígenas e negras. Criou-se então na Amazônia brasileira o conceito de morenidade.

O Portal de Notícias da Globo (G1) em 2013 fez uma reportagem apontando que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Igualdade Racial em 2010, 76,7% de pessoas no Estado do Pará se autodeclararam pretas ou pardas, fazendo com que o Estado se tornasse um dos maiores da federação com esse percentual nessas categorias. Desse porcentual, 69,5% se autodeclararam pardos e ainda segundo o instituto, isso se dá pela miscigenação entre brancos e índios na região. Com o mito da democracia racial que paira no imaginário brasileiro, ideia de que somos todos iguais e a carga negativa que foi construída em cima do “ser negro”, se torna difícil a autoidentificação da pessoa preta.

A construção de uma morenidade caminha sobre a Amazônia e a região Norte do país. No Estado do Pará, a morenidade torna-se forte na autoidentificação da maioria da população. O ser moreno “é marca identitária local a partir de suas metáforas e hipérboles compartilhadas/ manipuladas cultural, política e simbolicamente que, em um processo nada linear, fundamenta o “mito indígena” como presença marcante e (quase) exclusiva de/para a identidade amazônica” (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015, p. 215).

Com uma herança indígena muito forte e presente nos traços da população amazônica, a sua autoidentificação negra não é percebida por quem é de dentro e nem por quem é de fora. Isso dificulta a inclusão da realidade negra amazônica – tratada aqui mais feminina – enquanto pessoas negras existentes, fazendo com que teorias de compreensão social, não as contemplam - aqui diretamente sendo tratada a teoria feminista negra.

A população amazônica é constituída, devido aos processos socioeconômicos já tratados, por diversos grupos que apesar de viverem na região amazônica, vivem a Amazônia de forma diferente e, portanto, têm problemas diferentes que necessitam de soluções diferentes, mas todos são atingidos pelo grande capital. Apesar de não precisarem destes para sobreviver, muito ao contrário, são atingidos duramente pelos grandes projetos instalados – destruindo seus territórios.

A luta das mulheres amazônidas no Século XXI

Apesar da dificuldade em encontrar artigos, livros, escritos de modo geral, que trata especificamente das mulheres negras na história mais remota dos povos da Amazônia, a discussão trazida neste escrito passeou por diversos momentos históricos de exploração deste (s) território (s) que tratam da população negra em geral, e portanto trata também da mulher negra, nos permitindo, em alguns momentos, perceber de forma mais específica sua presença nestes processos de exploração da Amazônia brasileira. Esta discussão nos permite apontar que desde o início do processo de exploração desta região, até os momentos

atuais, as mulheres negras tiveram/tem uma participação fundamental na luta pela defesa de seu território.

O problema do território, territorialidade e territorialização dos povos negros na Amazônia tem sido objeto de intensos e crescentes conflitos socioambientais, desde a formação dos primeiros quilombos nos séculos XIX, até o presente. Mas, antes de darmos atenção para esta questão histórica, vamos à uma importante definição conceitual. Assim, de acordo com Cristiano Bodart (2009)

O território é a dimensão do espaço habitado, delimitado fisicamente com limites físicos de caráter político/administrativo. O território é fruto de sua história que se manifesta no presente, portanto, um espaço dotado de heranças, sobre as formas das estruturas, da cultura e das relações sociais, apresentando-se como uma condição herdada (BODART, 2009).

E esse mesmo território

guarda o passado dos agir hegemônicos e dos conflitos sociais, das lutas de classe e do fazer cotidiano. As lutas sociais que se desenvolvem nesse espaço possibilitam o fechamento de uma região a qual será delimitada fisicamente (BODART, 2009).

A relação com a terra e/ou território pelos povos indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhos que constituem a região amazônica envolve questões de afeto, ancestralidade e subsistência. Grandes lideranças tomam frente na luta pelo seu povo e pelo seu território. Com a perseguição seguida por essas lideranças, muitas delas são assassinadas a mando de grandes empresários, latifundiários, madeireiros e garimpeiros.

Um levantamento feito pela ONG britânica Global Witness e publicado em reportagem pelo jornal EL PAÍS, revelou que o Brasil é o país com mais morte de defensores da terra e do meio ambiente. Dentre eles – de acordo com a reportagem do jornal EL PAÍS – ouve o assassinato de 57 ativistas. Desses, 57, 80% deles defendiam a Amazônia. Há uma guerra acontecendo dentro da região amazônica há décadas e que só se intensifica com a chegadas de empresas estrangeiras de países “desenvolvidos” e conhecidos como “bons para se viver”, vivendo às custas da exploração da terra, dos rios, das florestas, do desaparecimento de povos e civilizações indígenas, e através de sangue do povo amazônida. A Amazônia segue sendo vista como um lugar a ser explorado.

Em abril de 2019 o coordenador da Pastoral da Terra, Rubens Siqueira, em reportagem para o programa Fantástico da Rede Globo, afirmou que o número de mulheres, mulheres detidas, ameaçadas de morte, presas até e/ou assassinadas, revelam que elas estão tomando a frente e por isso precisam ser eliminadas por esse modo de preservar, de viver, de continuar naquela terra, naquele território. (SIQUEIRA, 2019).

A fala de Siqueira aponta para uma questão muito delicada, mas histórica na região, o assassinato das mulheres do campo, que ocorre de forma sistematicamente e que pouco é feito por parte das autoridades locais, bem como, nem mesmo notoriedade nacional essas mortes têm. Assassinatos de mulheres negras, amazônidas, nortistas não tem a mesma visibilidade que a morte de uma irmã católica estadunidense – freira Dorothy Stang – que foi assassinada, porque assim como tantas mulheres negras amazônidas, defendia o direito da terra, do território. A morte da irmã Dorothy não deve ser esquecida, assim como as de outras mulheres ambientalistas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas, agricultoras e defensoras da terra e dos rios, também não merece ficar invisibilizadas.

No dia 25 de março de 2019, foi assassinada Dilma Ferreira Silva, coordenadora regional do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, ela morreu dentro de casa, junto dela seu companheiro Claudionor Costa da Silva e, o vizinho do casal Milton Lopes. Dilma teve em sua vida a luta pelos direitos dos atingidos, seu primeiro contato com essa realidade se deu com a construção da usina hidroelétrica de Tucuruí, que foi inaugurada ainda no período da Ditadura Militar.

Em 2018 um vazamento de rejeitos de minério da mineradora Hydro Alunorte, contaminou a bacia hidrográfica de Barcarena, no Pará, e ocasionou problemas de saúde em comunidades ao entorno da mineradora. Como se sabe, a população negra tradicionalmente apresenta índices sociais inferiores quando confrontados com a população branca. As mulheres negras são recorrentes vítimas de racismo e sexismos na sociedade, o que prejudica o acesso dessas mulheres aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS. A falta de tratamentos referentes a contaminação desses resíduos dentro dessas comunidades em que pouco se sabe dessas doenças e, o contato corrente com essa água contaminada fez com que Maria Salustiano Cardoso, denunciasse e protestasse frente a essa situação vivida por ela e seus vizinhos. Hoje ela é ameaçada e vive com medo. A agricultora Maria do Socorro Silva é presidente da Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama) e está entre os 10 defensores do meio ambiente mais ameaçados do mundo de acordo com a ONG Global Witness.

Todas essas mulheres negras, além de serem amazônidas, tem em comum a defesa do seu território, a luta pelo meio ambiente contra as atrocidades do grande capital. Por isso, há a necessidade de inserir e compreender as lutas dessas e de outras mulheres negras amazônidas que tem no território (nas terras e nos rios) a base para sua sobrevivência.

Por um feminismo que seja também amazônica

Por muito tempo acreditou-se que na Amazônia não tivesse existido a escravidão do negro africano e que por isso não seria necessário um movimento negro na região (TEIXEIRA

et al., 2009). Vimos que essa tese não se sustenta, mas que fora incentivada pela ausência de informações a respeito da presença do negro por essas terras. No entanto, os negros e, sobretudo a mulher negra, como vimos neste artigo ao falar dos seringais, da cabanagem, existem na Amazônia desde a chegada dos europeus e já se organizavam politicamente.

Desde o início do movimento de mulheres no mundo, as especificidades relacionadas as mulheres de cor – aqui citada como uma população racializada ao redor do mundo – foram deixadas na “segunda classe do movimento feminista”. Como dito anteriormente, o movimento de mulheres foi iniciado para a reivindicação das mulheres burguesas frente a tomada de sua forma de economia doméstica pela industrialização e pela opressão sofrida por elas dentro de suas residências (DAVIS, 2016)

A categoria mulher não é e nem deve ser universalizada e pautada numa única experiência de mulher e foi isso que houve desde o início. Mulheres negras e brancas da classe trabalhadora, até hoje não são inseridas dentro do movimento feminista e suas demandas não são discutidas. Essas mulheres se situam na base da pirâmide social, sendo as mulheres negras muito abaixo das mulheres brancas da classe trabalhadora pelo fator determinante de raça e pelo racismo antinegro.

A teoria feminista negra vem com a proposta de se pensar o ‘ser mulher’ fora na universalização da mulher e apontando as outras possibilidades e maneiras de atravessamento dessa condição. Nas últimas décadas, o feminismo negro toma as pautas com grandes contribuições de intelectuais negras do país reivindicando sua identidade negra e entrelaçando as pautas que afetam a população negra no país. Lélia Gonzalez em “Por um feminismo Afro-Latino-Americano” nos pontua os grandes benefícios que o movimento feminista trouxe para o debate da modernidade, mas nos coloca também os discursos que esse mesmo movimento não conseguiu desenvolver, mas, “apesar das suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação pela orientação sexual, não aconteceu o mesmo com outros tipos de discriminação, tão grave como a sofrida pela mulher: a de caráter racial”. (GONZALEZ, 2011, p.13).

Os debates sobre a condição da mulher negra no país tiveram contribuições de grandes intelectuais, mas em cima disso, criou-se uma teoria feminista negra pautada nas experiências do sul-sudeste do país, transformando a experiência de ser mulher e negra na sociedade brasileira como universal em seus atravessamentos nesse contexto, não levando em conta todos os outros parâmetros e experiência das mulheres negras fora do eixo sul-sudeste.

Observar as diferenças regionais e as lutas pelo território para a sobrevivência de mulheres negras urbanas, ribeirinhas, quilombolas e as vivências e diferenças das mulheres indígenas que são ainda mais invisibilizadas que as mulheres negras é o principal para se construir uma teoria feminista que também seja amazônica.

Até aqui, com os exemplos e os dados expostos pudemos observar o quanto o fator território é determinante no Brasil para se entender as lutas e as invisibilizações sofridas pelas mulheres amazônicas no que diz respeito a teoria feminista negra. Mulheres como Zélia Amador de Deus, Nilma Bentes, Flávia Câmara, Flávia Ribeiro, Sabrina Souza, Roberta Tavares, e tantas outras mulheres negras que estão disputando o campo das ideias e que produzem saberes importantes para além da academia, onde modificam a vida dos seus, continuam invisibilizadas no Brasil.

Em 2015 a Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira, lançou um manifesto para a Marcha das Mulheres Negras que ocorreu em Brasília. Esse manifesto debate sobre as questões que permeiam a vidas das mulheres afroamazônicas. A mulher negra amazônica carrega consigo a identidade, símbolos de resistência ancestral africana, indígena e sobretudo, elementos históricos de 400 anos de trabalho escravo que aconteceram de forma específica na Amazônia, deixando seus rastros até hoje. Concluindo ainda que é preciso:

Promover a visibilidade das mulheres negras da Amazônia como aguerridas lideranças comunitárias e de resistência na diáspora afroamazônica. Trazer também ao debate, a invisibilidade dessas mulheres, no contexto da história amazônica, sobretudo na conservação da biodiversidade. Reconhecemos o valor do protagonismo ao escrever nossas histórias, como estratégias para contribuir com o movimento de mulheres negras no Brasil. (REDE FULANAS, 2015).

Essas experiências tratadas no manifesto das Fulanas para a marcha das mulheres negras de 2015, tem como centralidade o debate já foi proposto por esse artigo. Existe uma necessidade de inclusão desses atravessamentos regionais, dentro da teoria feminista negra brasileira, se não houver essa inserção, as mulheres amazônicas continuarão sendo as “forasteiras de dentro”, dentro do próprio movimento feminista negro do país.

O feminismo negro do sul e sudeste brasileiro quer a inserção da mulher negra no sistema capitalista, ao passo que, os povos da Amazônia não precisam do sistema capitalista para sua sobrevivência, mas, este influencia diretamente nas suas vidas (uma vez que este desmata, polui os rios etc.) e, portanto, o feminismo negro, na Amazônia deve levar em conta o debate ecológico e anticapitalista.

De acordo com Djamila Ribeiro (2017)

(...) se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade quase invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto. (RIBEIRO, 2017, p. 41)

E a partir dessa perspectiva, concordamos que é preciso sim nomear as realidades para que se possa solucionar os problemas desta e por isso propomos o acréscimo da

categoria – além de gênero, raça e classe – territorialidade a teoria feminista negra no Brasil para que possa dar conta da complexidade dos problemas enfrentados pelas mulheres negras da região.

Ainda de acordo com a mesma autora citada no parágrafo anterior, quando ela traz Linda Alcoff a discussão a respeito da necessidade de se pensar outros saberes que não os hegemônicos, argumenta que

para se pensar num contexto brasileiro, o saber das mulheres de terreiro, das lalorixás e babalorixás, das mulheres do movimento por luta por creches, lideranças comunitárias, irmandades negras, movimentos sociais, outra cosmogonia a partir de referências provenientes de religiões de matriz africanas, outras geografias de razão e saberes. (RIBEIRO, 2017, p. 27)

Ribeiro (2017) não leva em consideração que os saberes tradicionais podem ser distintos em diferentes regiões do país, como é o caso da Amazônia, onde se pode encontrar em vários aspectos a mesclagem entre a cultura negra e indígena muito presente, devido a formação do povo desta região. Bem como, não se faz presente em sua argumentação o debate ecológico para a existência desses conhecimentos tradicionais, tampouco, trata da exploração inerente ao sistema capitalista, que joga as mulheres negras das periferias para o desemprego, e as mulheres negras da Amazônia para o caixão.

Desse modo, é necessário que se veja a Amazônia não como a periferia ou o quintal do país, ou como simplesmente uma terra a ser explorada. Diferente da formação econômica de outras regiões brasileiras, a Amazônia tem o seu bem particular e completo. Mulheres negras dessa região, estão levantando suas vozes e apontando as lacunas ainda postas dentro do feminismo negro. Pautar o território em que essas mulheres estão inseridas é legitimar as suas experiências e vidas e, não simplesmente apagar todo o seu passado negro nessa região. Mulheres afroamazônidas seguem na luta pela sua visibilidade enquanto mulheres negras inseridas no contexto da Amazônia.

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, observa-se que a Amazônia apesar de ter passado por um processo de colonização parecido com as demais regiões do país, o desenvolvimento socioeconômico e político fora composto de particularidades, dada as condições sociais, culturais e naturais da região e em sua relação com outras regiões do país e do mundo. Nota-se que este desenvolvimento impactou diretamente na organização da vida das populações que já viviam, mas também nas que migraram para a região.

Neste contexto, é que as mulheres negras se inserem, ora escravizadas, ora semi-escravizadas, e quando livres, tem seu território e sua própria vida correndo risco, sob ameaças

dos grandes empreendimentos de hidrelétricas, mineradoras e pelos grandes latifundiários que exploraram a região. A estas lutas, grande parte do movimento feminista negro brasileiro desconhece e, portanto, não insere em suas teorias. Afinal, por muito tempo, como demonstramos, a presença negra por essas “bandas³” daqui foi invisibilizada.

As experiências que envolvem regionalidade e/ou territorialidade não são pautadas dentro de livros que tratam da temática feminista negra do país e não há uma discussão ampla sobre isso, o que ocasiona atrasos não só na construção de novas perspectivas, mas também na preservação desse ambiente tão importante para sobrevivência do planeta. Essas histórias ainda são deixadas de lado e a experiência feminina e negra ainda é transformada numa “história única”.

Logo, a necessidade de acrescentar e debater dentro da teoria feminista negra a territorialidade e a regionalidade é necessária e urgente. Por mais que teoricamente se convivam em contextos “parecidos”, há uma diferença drástica de compreensão deles. As relações de gênero, raça e classe são diferentes, as formas de sobrevivência, a violência... Tudo! Sair da compreensão de Brasil que é sustentada pelo eixo sul-sudeste, é compreender a verdadeira realidade brasileira.

■ REFERÊNCIAS

1. BAIMA, Cesar. **Brasil teve ao menos 20 assassinatos de ativistas ambientais e dos direitos humanos em 2018**. O Globo, 29 de jul. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-teve-ao-menos-20-assassinatos-de-ativistas-ambientais-dos-direitos-humanos-em-2018-23841081>>. Acesso em: 15 Ago/2019.
2. BARBOSA, C. Três mulheres de Barcarena: ameaçadas, perseguidas e intimidadas. **Amazônia Real**, 2018. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/tres-mulheres-de-barcarena-ameacadas-perseguidas-e-intimidadas/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.
3. BELTRÃO, J. Seringueiro. In: MOTTA, Márcia (Org). Dicionário da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
4. BODART, C. Conceito de Território. **Blog Café com Sociologia**, 2009. Disponível em: <<http://www.cafecomsocio.com/conceito-de-territorio/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.
5. CÂMARA, F. **Mulheres negras amazônicas frente à cidade morena: O lugar da psicologia, os territórios de resistência**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
6. CONRADO, M.; CAMPELO, M.; RIBEIRO, A. Metáforas da cor: Morenidade e Territórios da negritude nas construções de identidades negras na Amazônia paraense. **Afro-Ásia**, n. 52, p. 213-246, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77050451007>>. Acesso em: 7 de agosto de 2019.
7. COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

3 É um termo muito utilizado em algumas regiões do Pará, que significa: por esta regiões; por aqui; por este lugar.

8. COSTA, Fabiano. Pará tem maior percentual dos que se declaram pretos e pardos, diz estudo. **G1**, Brasília, 05 de nov. de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/11/para-tem-maior-percentual-dos-que-se-declararam-pretos-ou-pardos-diz-estudo.html>>. Acesso em: 7 Ago/2019.
9. COSTA, G.; MACIEL, H.; & SILVA, E. **Primeiro relatório de pesquisa NADESA**, 2016.
10. COSTA, G.; MACIEL, H.; & SILVA, E. **Segundo relatório de pesquisa NADESA**, 2018.
11. DAOU, A. M. **A Belle époque Amazônica**. 3. Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2004.
12. DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
13. Dilma Ferreira Silva: uma vida inteira de luta. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**, 2019. Disponível em: <<https://www.mabnacional.org.br/noticia/dilma-ferreira-silva-uma-vida-inteira-luta>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.
14. FERREIRA, Eliana Ramos. As mulheres na cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. in. **História Acontecimento e Narrativa. XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, anais 2003. Disponível em: <<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.pdf>>. Acesso: 14 Ago/2019.
15. FOWKS, Jacqueline. **Brasil, o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente**. EL PAÍS, Brasília, 24 de julho de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870_921380.html>. Acesso em: 15 Ago/ 2019.
16. FULANAS: NEGRAS DA AMAZÔNIA. **Manifesto da Rede Fulanas – Negras da Amazônia Brasileira para a Marcha das Mulheres Negras 2015**. Disponível em: <<https://redefulanas.wordpress.com/2015/11/19/manifesto-das-rede-fulanas-negras-da-amazonia-brasileira-para-a-marcha-das-mulheres-negras-2015/>>. Acesso em: 15 Ago/2019.
17. GODEIRO, N. **Riqueza e pobreza no campo brasileiro: a luta contra o agronegócio no século 21**. São Paulo: Sudermann, 2015.
18. GONZALEZ, L. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Caderno de Formação Política do Circuito Palmarino. N.1, 2011, p. 13-20. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 15 Ago/2019.
19. HARRIS, M. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura Popular no Norte do Brasil**, 1798-1840. Campinas: Unicamp, 2017.
20. LA CONDAMINE, C. M. **Viagem pelo Amazonas**, 1735-1745. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 2000.
21. MARCELINO, G. **As Sufragistas e a primeira onda do feminismo**. Revista Movimento, 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/02/3801/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.
22. MARQUES, G. S. MARQUES, I. R. **Luta camponesa e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Sudermann, 2015.
23. PRADO JÚNIOR, C. História Econômica do Brasil. 5^a ed. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1959.
24. RIBEIRO, D. O povo brasileiro. 3^a. Ed. Companhia das Letras. São Paulo. 1995

25. RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Letramento. Belo Horizonte, 2017.
26. RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
27. SAFIER, N. **Como era ardiloso o meu francês: Charles- Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes**. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.29, nº 57, p. 91-114, 2009.
28. SAGRES, M. N. **Belém: Riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.
29. SALLES, V. O Negro na Formação da Sociedade Paraense. Paka-Tatu. Belém, 2004.
30. SANTOS, R. A. O. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo. 1932.
31. SILVA, K. Para o Pará e o Amazonas: látex: notas sobre as pressões e violações no interior da Amazônia na economia extrativista. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (org.). **Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 54-80. Disponível em: <<http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/309>>. Acesso em: 05 de maio. 2019.
32. SIQUEIRA, R. Ativistas ambientais são vítimas de ameaças pelo Brasil; Fantástico mostra histórias. [Entrevista concedida ao] **Programa Fantástico**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 2019. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7575092/>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.
33. SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.
34. TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R.; MORATTO, J. A presença negra em Rondonia: as estruturas do povoamento. **Afros e Amazônicos: estudos sobre o negro na Amazônia**. Org. Marco Antonio Domingues Teixeira, Dante Ribeiro da Fonseca, Jean-Pierre Angenot. Edufro. Porto Velho. 2009.
35. TRUTH, S. **E não sou uma mulher?** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/1851>>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.